

Universidade do Vale do Paraíba
Faculdade de Educação e Artes
Curso de Psicologia

Flávia Cristina de Faria
Raquel O.F.C.C. Silva e Souza

A Psicologia na Promoção da Inclusão em Ambiente Escolar: Um Estudo a
Partir de Relatos de Estágio em Licenciatura

São José dos Campos-SP
2025

Flávia Cristina de Faria
Raquel O.F.C.C. Silva e Souza

**A Psicologia na Promoção da Inclusão em Ambiente Escolar: Um Estudo a
Partir de Relatos de Estágio em Licenciatura**

Relatório Parcial apresentado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação III à Banca de Qualificação do Curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientador: Prof. Me Maria Angélica Gomes Maia

São José dos Campos-SP

2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Faria, Flávia

A Psicologia na Promoção da Inclusão em Ambiente Escolar : Um Estudo a Partir de Relatos de Estágio em Licenciatura / Flávia Faria; Raquel Souza; orientador, Maria Angélica Gomes Maia. - São José dos Campos, SP, 2025.

27 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Educação. 3. Inclusão. 4. Transtorno do Espectro Autista. I. Souza, Raquel . II. Gomes Maia, Maria Angélica , orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Psicologia. IV. Título.

Eu, Flávia Faria, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 15 de Dezembro de 2025. ☐

Documento assinado digitalmente
gov.br FLAVIA CRISTINA DE FARIA
Data: 15/12/2025 16:13:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Autor(a) da Obra

Data da defesa: ____/____/____

Flávia Cristina de Faria
Raquel Oliveira Ferraz de Camargo Coelho Silva e Souza

**A Psicologia na Promoção da Inclusão em Ambiente Escolar: Um Estudo a
Partir de Relatos de Estágio em Licenciatura**

Relatório final de pesquisa aprovado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação IV do curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Prof.^a Me Maria Angélica Gomes Maia (UNIVAP) _____

Profa. Prof.^a Me Bruna Mares Terra Cândido (UNIVAP) _____

Prof. Prof.^a Ma. Maria Amélia Da Silva Alves de Almeida (UNIVAP) _____

Nota: _____

Profa. Dra. Ana Enedi Prince Silva
Diretora da Faculdade de Educação e Artes – FEA/UNIVAP
São José dos Campos, 24 de novembro de 2025

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho a todos os autistas e suas famílias. Que essa pesquisa possa, de alguma forma, promover as mudanças tão necessárias na nossa sociedade, principalmente nas escolas.

Que todos os espaços possam se tornar, um dia, verdadeiramente inclusivos e acessíveis à todas as pessoas. E que autistas, um dia, não precisem, com muito custo, se adequar às estruturas e atitudes que são excludentes, mas que atualmente são maquiadas de inclusão escolar.

Que nenhuma criança e nenhum indivíduo sofra as dores do bullying, da incompreensão e discriminação por ser autista.

Dedicamos, de forma especial, aos autistas que passaram em nossas vidas: Guilhermes, Vini e Luigi e Enzo. Esse trabalho foi produzido e pensado, amorosamente para cada um de vocês.

Com amor,
Flávia e Raquel

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente à Deus e Nossa Senhora Auxiliadora pela saúde e vida para que essa etapa da minha vida, pessoal e acadêmica, pudesse ser concluída.

Agradeço à nossa orientadora Professora Maria Angélica e às queridas Professoras Bruna Terra e Maria Amélia pelo olhar amoroso e cuidadoso de pessoas que acreditam e vivem em seus cotidianos um propósito de vida alinhado com a inclusão social de crianças e pessoas com deficiência na nossa sociedade. Sou grata também à professora Elisabete Beltrame pelo incentivo para que eu pudesse cursar a licenciatura, pela orientação e paciência durante a residência nos estágios de licenciatura em psicologia.

Agradeço também a Dra. Lilia Maíse, uma das maiores psicóloga e autoridades em autismo na região, uma figura que dedica a sua vida às famílias autistas, à pesquisa, à clínica para que os autistas possam ser e existir.

Meu mais profundo agradecimento à amiga, colega e parceira de escrita Flávia, por ser essa pessoa profunda, com um olhar cuidadoso e que divide comigo o amor e interesse pelo mundo autista. Dividir a formação, a vida e a pesquisa com você foi uma das dádivas que tive em minha vida acadêmica.

Sobretudo, agradeço ao meu esposo Rodrigo, grande incentivador e patrocinador da minha formação acadêmica, por me permitir adentrar ao mundo das famílias atípicas. E agradeço ao Guilherme, meu enteado: o autista mais sociável e amoroso que já conheci. Obrigada por me permitir fazer parte da sua vida e por me acolher com tamanha alegria: a experiência de viver e pesquisar o autismo só tem sentido, porque você existe. Você não nasceu de mim, mas nasceu no meu coração. Obrigada, Gui por me permitir ser a sua madrastra e por me fazer mais humana.

Raquel Silva e Souza

AGRADECIMENTO

Agradeço a meus queridos professores e orientadores de licenciatura, Dr. Rodney Costa e Ma. Elisabete Beltrame, a escuta atenta, orientação e incentivo permitiram a concretização deste trabalho. Agradeço também à nossa orientadora Professora Maria Angélica e às queridas Professoras Bruna Terra e Maria Amélia pelas contribuições que auxiliaram na construção deste trabalho.

Agradeço a minha amiga querida Raquel pelo companheirismo e pelas trocas. Foi um privilégio dividir esta formação com você e partilhar a escrita deste trabalho. Sua dedicação ímpar, sensibilidade, principalmente quando se trata de direito das pessoas com deficiência me inspiram e me transformam.

Agradeço também a minha família, pelo apoio e compreensão durante este processo. Por fim, agradeço a meu fiel companheiro, Fernando. Por sempre estar ao meu lado, sempre me apoiando e incentivando. Obrigada pela construção diária deste amor tranquilo, sem dúvidas foi essencial para a conclusão desta jornada.

Flávia Cristina de Faria

O que mais me revolta com relação a inclusão, é saber que seus pais mudam seus filhos de escola porque a equipe pedagógica não tem acolhimento e olhar inclusivo, e a escola não vê isso como um problema ou como um atestado de incompetência, e sim como um grande alívio. Isso é simplesmente um absurdo.

Dra. Ellen Manfrim (2025), médica neuropediatra

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar as contribuições da atuação da Psicologia para a promoção de práticas inclusivas em ambiente escolar, principalmente na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de relatos de experiência de estágio supervisionado em licenciatura em Psicologia. A pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, com método estudo de caso, a partir de dois relatos de experiências desenvolvidas em instituição privada e pública de ensino. A primeira atuação foi com alunos do ensino fundamental, na qual foi elaborado e aplicado um plano de aula com o tema “Diversidade e Inclusão”. Já a segunda atuação foi realizada com professores do ensino médio-técnico, na qual foi realizada uma formação voltada à compreensão do TEA e à implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme a Lei nº 17.759/2023. Os resultados indicaram que a inclusão em ambiente escolar não se efetiva apenas pela matrícula ou presença física dos alunos nestes espaços, mas através de uma construção contínua de práticas pedagógicas e formações específicas na comunidade escolar. As experiências demonstraram que a presença da psicologia neste contexto, ao atuar de forma ética e comprometida, contribui significativamente para a transformação deste cenário.

Palavras-chaves: educação; inclusão; psicologia; transtorno do espectro autista.

Abstract

This study aimed to analyze the contributions of Psychology to the promotion of inclusive practices in the school environment, particularly in the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD), based on reports of supervised internship experiences in a Psychology degree program. The research is characterized as a qualitative study, using a case study method, based on two experience reports developed in private and public educational institutions. The first intervention involved elementary school students, where a lesson plan on the theme of "Diversity and Inclusion" was developed and implemented. The second intervention was conducted with high school teachers, where training focused on understanding ASD and implementing the Individualized Education Plan (IEP), in accordance with Law No. 17.759/2023, was carried out. The results indicated that inclusion in the school environment is not achieved solely through enrollment or the physical presence of students in these spaces, but through a continuous construction of pedagogical practices and specific training within the school community. Experiences have shown that the presence of psychology in this context, acting ethically and with commitment, contributes significantly to transforming this reality.

Key Words: education; inclusion; psychology; autism spectrum disorder.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo geral	7
2.2 Objetivos Específicos	7
3 CONCEITUAÇÃO.....	8
3.1 Conceituando autismo.....	8
2.3 Conceituando inclusão e acessibilidade escolar	10
4 METODOLOGIA.....	14
4.1 Atuação com alunos	14
4.2 Atuação com professores	15
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5.1 Atuação com alunos	17
5.2 Atuação com professores	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7 REFERÊNCIAS	24
8 ANEXOS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Censo Demográfico 2022, divulgados pelo IBGE (2025), aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Brasil declararam ter recebido diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que representa cerca de 1,2% da população nacional. Apesar dos avanços legislativos, como a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a inclusão escolar plena ainda enfrenta sérios obstáculos.

Os dados do IBGE (2022) ainda revelam um cenário preocupante: a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência permanece alta, atingindo 19,5%. No contexto escolar, as experiências descritas neste trabalho mostram que a simples presença de alunos autistas nas salas de aula regulares não garante, por si só, uma inclusão efetiva.

As experiências de estágio supervisionado em Psicologia no ambiente escolar revelaram, na prática, essa contradição: embora a matrícula desses alunos esteja assegurada legalmente, muitas instituições não contam com os recursos, formações e estratégias necessárias para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo. A falta de preparo da comunidade escolar compromete não apenas o processo de aprendizagem, mas também o desenvolvimento socioemocional dos estudantes neurodivergentes.

Este trabalho busca, portanto, dar visibilidade a experiências concretas em que a atuação da psicologia contribuiu de forma significativa para a promoção da inclusão de alunos com TEA. Ao relatar essas vivências, pretende-se refletir sobre os impactos dessa atuação e sobre os limites e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido no DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição) como um transtorno do desenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos, juntamente com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início do desenvolvimento e causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida cotidiana.

Diante deste cenário surge o questionamento: de que maneira a atuação da psicologia em contextos escolares pode contribuir para a efetivação da inclusão de alunos com autismo, bem como as demais deficiências? A hipótese que orienta este estudo é a de que a inserção da psicologia na escola, quando pautada em uma escuta

sensível e em práticas colaborativas com alunos e professores, pode promover mudanças significativas nas atitudes, nas estratégias pedagógicas e na cultura institucional, favorecendo a inclusão escolar de estudantes autistas.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a analisar e discutir, por meio de relatos de caso obtidos nas experiências de estágios supervisionados em licenciatura, como a Psicologia pode intervir no contexto educacional de forma ética, transformadora e comprometida com os princípios da educação inclusiva.

2 OBJETIVOS

Apresentam-se, sequencialmente: o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

2.1 Objetivo geral

Objetiva-se, primariamente, analisar, a partir de relatos de estágio supervisionado em licenciatura em Psicologia, as contribuições da atuação da psicologia para a promoção de práticas inclusivas no ambiente escolar.

2.2 Objetivos Específicos

Secundariamente, pretende-se:

- a.) Compreender, a partir da atuação com alunos do ensino fundamental, os desafios e possibilidades na promoção da inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar;
- b.) Refletir sobre a contribuição da psicologia na atuação junto aos professores para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

3 CONCEITUAÇÃO

A fim de contextualizar e facilitar a compreensão dos relatos de experiência, será brevemente apresentado os conceitos de autismo, acessibilidade e inclusão escolar.

3.1 Conceituando autismo

A definição e, conseqüentemente, a caracterização de autismo vem se atualizando ao longo do tempo: a ciência é viva e dinâmica. E assim como muitos construtos, o conceito de autismo não é consenso na academia científica.

O termo autismo deriva da palavra grega autos, que significa si mesmo. Este termo foi usado pela primeira vez na literatura psiquiátrica, em 1911, por Bleuler, para descrever um sintoma significativo da esquizofrenia, ou seja, a tendência patológica de determinados doentes em se isolar do ambiente (Rocha, 1997).

De acordo com Goldberg (2005), o termo autismo foi descrito pela primeira vez por Léo Kanner em 1943, que publicou o primeiro trabalho científico reconhecido internacionalmente onde descreveu um conjunto de sintomas sob o nome de “distúrbio autístico do contato afetivo”.

Conforme postulou Jorge (2003), no Brasil, a divulgação científica da visão atualizada deste tema teve seu marco no I Congresso Nacional de Autismo, ocorrido em 1989, em Brasília. Segundo a recente e última versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM 5-TR (2022), o Transtorno do Espectro Autista é uma condição que faz parte dos transtornos do neurodesenvolvimento. Este são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento que se manifestam cedo, em geral, antes de a criança entrar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento ou diferenças nos processos cerebrais, o que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional.

Segundo o DMS 5-TR (2023), os critérios diagnósticos para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) são divididos em cinco:

A-) Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado por todos os seguintes aspectos, atualmente ou por história prévia (exemplos não exaustivos):

- Déficit na reciprocidade socioemocional;
- Déficit nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social;

- Déficits para desenvolver, manter ou compreender relacionamentos.

B-) Padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, manifestado por pelo menos dois dos seguintes:

- Movimentos Motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos;
- Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas e padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal;
- Interesses fixos e altamente restritivos que são anormais em intensidades ou foco
- Hiper ou Hiporreatividade a estímulos sensoriais;

C-) Sintomas estarem presentes precocemente no período do desenvolvimento

D-) Sintomas causarem prejuízo clinicamente significativos no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes do indivíduo no presente

E-) As perturbações não serem mais bem explicadas por transtorno do desenvolvimento intelectual (deficiência intelectual).

Ainda de acordo com o DMS 5-TR (2023), há três níveis de necessidade de suporte dentro o espectro autista, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Níveis de necessidade de suporte para o transtorno de espectro autista

Nível de Suporte	Exigência de Suporte	Comunicação Social	Comportamentos restritivos e repetitivos
1	Exige apoio	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesses reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizade são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.
2	Exige apoio substancial	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritivos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento de uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
3	Exige apoio muito substancial	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e respostas mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/ dificuldade para mudar o foco ou as ações.

Fonte: Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais, edição 5ª – TR (2023)

Para fins simplificação nesse relato de caso, será usado dois constructos que definem o Transtorno do Espectro Autista: Wing (1997) e Rutter (1997).

Segundo definido por Wing (1997), o transtorno do espectro autista se trata de comprometimentos nas principais áreas do desenvolvimento – a tríade de transtornos da interação social - as quais podem ser sumarizadas da seguinte forma:

- a) transtornos no reconhecimento social,
- b) na comunicação social e
- c) na imaginação e compreensão social

De forma similar, Rutter (1997) define o autismo como uma síndrome, envolvendo uma série de características especiais, tanto no desenvolvimento social como na linguagem, que pode ou não corresponder ao nível de inteligência da criança. Importante ressaltar que, apesar de todos os autistas apresentarem comprometimento na linguagem e desenvolvimento social, nem todos apresentam déficit nos níveis de inteligência.

Entretanto, cabe ressaltar que esses constructos acima apresentados têm por objetivo auxiliar no processo introdutório- pedagógico-acadêmico desse trabalho, reconhece-se que há muitas limitações em relação aos desafios que se tem perante a temática do autismo, que é ampla.

Porém, sustenta-se que mais que apenas conceituar autismo, é necessário olhá-lo, conforme sugere Goldberg (2005), com uma visão menos distorcida e caricaturizada, calcada no comprometimento em detrimento das potencialidades que esses indivíduos possam ter ou vir a desenvolver. É urgente olhar autismo considerando as potencialidades, a realidade local e social, além do preconceito e das barreiras que ainda hoje estão presentes na sociedade, inclusive, nas escolas.

2.3 Conceituando inclusão e acessibilidade escolar

Segundo a Lei 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a LBI, (2015), acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao

público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Portanto, ousa-se sintetizar que acessibilidade e inclusão são dois conceitos interdependentes e necessários para garantia de direitos da pessoa com deficiência e, dessa forma, poder existir uma equiparação das oportunidades da vida em sociedade, resultando na promoção da autonomia do sujeito onde este está inserido.

Mas qual a relação entre inclusão, acessibilidade e autismo, afinal? A relação é direta, dado ao fato que por meio da Lei 12.764/2012, também conhecida como Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), o autismo passa a ser reconhecido como uma deficiência no arcabouço legal brasileiro e com isso, os autistas passaram a possuir os mesmos direitos de indivíduos com outras deficiências.

Apesar da Constituição Federal (1988), em seu artigo 205, estabelecer que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, apenas em 2015, quando a Lei Brasileira de Inclusão foi promulgada, é que passou a ser exigindo que todas as escolas oferecessem educação inclusiva para pessoas com deficiência, acabando com a segregação de estudantes com deficiência em um sistema paralelo de escolas especiais.

Quando se trata de escolas especiais, é sabido que vários pesquisadores já relataram a dificuldade que é traçar uma linha do tempo sobre educação para pessoas com deficiência intelectual no Brasil (FERREIRA, 1989; EDLER, 1993; MENDES, 1995), uma vez que não se tem disponível literatura sistematizada sobre tema.

É lamentável registrar que compõe parte da história, segundo Miranda (2004), que entre os séculos XVIII e XIX podemos identificar a fase da institucionalização em outros países do mundo, marcada pela concepção organicista, que tinha como pressuposto a ideia de a deficiência mental ser hereditária com evidências de degenerescência da espécie. Assim a segregação era considerada a melhor forma para combater a ameaça representada por essa população. Nesta mesma ocasião, no Brasil, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, a era da negligência (MENDES, 1995; DECHICHI, 2001).

Outro marco que é importante ressaltar, quando se fala de inclusão escolar no Brasil, foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, a lei 9.394 (Brasil, 1996). Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos, como a oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos, a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos. Nesta mesma lei, trata-se que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, deve haver serviços de apoio especializado.

Mas como bem ressaltou Miranda (2004), infelizmente os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei estão muito longe de serem alcançados. Essa realidade pode ser ainda observada em 2025, vinte e um anos depois: ainda é realidade a carência de recursos pedagógicos, a fragilidade da formação dos professores para lidar com essa clientela e a falta de uma comunidade escolar consciente e psicoeducação sobre o prejuízo do preconceito contra a pessoa com deficiência, ou seja, o capacitismo na nossa sociedade.

Quando se questiona sobre a possibilidade de alterar essa realidade, compreende-se que resposta é uma só: em práxis, ou seja, a psicologia precisa ousar adentrar aos espaços escolares.

É inegável e desnecessário dizer, não no sentido diretivo de não necessário, mas no sentido da obviedade, sobre a brilhante atuação e produção de Maria Helena Souza Pato em matéria de Psicologia Escolar. Ecléa Bosi, em prefácio na obra de Pato:

A práxis move não só o primeiro passo do estudioso que vai sondar no campo os substratos geológicos do cotidiano pobre, como também o gesto da reflexão sobre o sentido histórico da própria ciência. (Bosi, 2022)

Conforme narrado por Souza (2009), entre idas e vindas da obrigatoriedade do ensino das disciplinas de Psicologia, Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, desde sua saída no período da ditadura militar, seu retorno a década de 80 e depois sua saída novamente em 1996, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que, novamente, tem-se um retrocesso curricular, pois retira-se completamente a formação humanista e de cidadania do estudante secundarista além de extirpar lhes as disciplinas cujo conteúdo problematizam e criam pensamento

crítico do indivíduo e da sociedade, o que certamente são substratos para um pensar mais inclusivo: para todos.

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo, adotando-se como método o estudo de caso, com base em dois relatos de experiência de estágio supervisionado realizados pelas autoras no contexto da licenciatura em Psicologia. Os relatos foram analisados com enfoque na contribuição da prática psicológica em ambiente escolar, e os desafios da educação inclusiva, buscando refletir criticamente sobre as práticas observadas e desenvolvidas

Todos os dados utilizados respeitam os princípios éticos da pesquisa em Psicologia, assegurando o sigilo, a confidencialidade e a não identificação de pessoas ou instituições envolvidas.

Este capítulo apresenta ainda, as duas metodologias específicas utilizadas nos dois diferentes trabalhos realizados pelas autoras, que estão descritas nos subtópicos a seguir.

4.1 Atuação com alunos

Como etapa inicial deste trabalho com os alunos, foram realizadas observações sistemáticas do ambiente escolar, com o objetivo de se familiarizar com a dinâmica da instituição e identificar demandas psicoeducacionais. A instituição de ensino onde foi realizado este trabalho apresenta uma estrutura ampla e bem equipada, oferece ensino desde a educação infantil até o ensino médio e se configura como um colégio particular. A observação permitiu captar interações entre alunos, situações de conflito, manifestações emocionais e aspectos relacionados à inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível 2 de suporte.

Com base nas observações, elaborou-se um plano de aula (Anexo 1) para a turma do primeiro ano do Ensino Fundamental I, com o tema “Diversidade e Inclusão”, cujo objetivo foi sensibilizar os alunos para o respeito às diferenças e refletir sobre a importância da inclusão. A proposta didática utilizou o (1) curta-metragem “Cordas”, de Pedro Solís García (2013), como ponto de partida para a discussão.

O curta narra a história de Maria, uma criança que faz amizade com Nicolás, um aluno recém chegado à escola, cadeirante e com paralisia cerebral e cadeirante. Ao se deparar com as dificuldades do colega em ser incluído nas atividades diárias, Maria cria então estratégias criativas de incluí-lo nas brincadeiras usando cordas. A

escolha do filme teve como objetivo didático facilitar a introdução dos conceitos de diversidade e inclusão no ambiente escolar, promovendo uma mediação reflexiva sobre o respeito às diferenças e as múltiplas formas de convivência no contexto educacional

Após a exibição, foi realizada uma (2) roda de conversa com os alunos, proporcionando um espaço de escuta e expressão sobre as percepções individuais e coletivas a respeito da temática abordada. Essa etapa teve como finalidade estimular a elaboração crítica sobre o que significa incluir e ser incluído, principalmente no ambiente escolar.

Na sequência, foi proposta (3) uma atividade artística, na qual os estudantes deveriam elaborar histórias em quadrinhos representando diferentes estratégias de inclusão de pessoas com deficiência. Para finalizar, as produções foram apresentadas à turma, favorecendo o compartilhamento das aprendizagens e o fortalecimento do senso de pertencimento e cooperação entre os alunos.

4.2 Atuação com professores

Em reunião inicial com a equipe gestora em uma escola rede pública de ensino médio e técnicos em São José dos Campos, uma das demandas levantadas foi a urgente necessidade de se formar professores sobre o Transtorno do Espectro Autistas (TEA) bem como fazer a inclusão desses alunos nos espaços escolares e fazer a adaptação dos conteúdos pedagógicos para cumprimentos da Lei 17.759 de 2023, que garante o direito ao Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos autistas. O PEI é um instrumento que promove a inclusão adaptando o ensino às necessidades de cada aluno.

As atividades desenvolvidas nas escolas, durante o período de estágio, envolveram inicialmente, vinte horas de observação em diferentes salas, disciplinas e professores. Após esse período, um diagnóstico que considerou entrevistas abertas com a equipe de gestão escolar e alguns professores, foi possível fazer o mapeamento de alunos autistas e observação em salas de aula desses casos.

Posteriormente foi realizado um treinamento de quatro horas-aula sobre o TEA com todos os professores e alunos onde puderam ser esclarecidas dúvidas de manejo, adaptação de conteúdos e como sensibilizar toda a comunidade escolar sobre a responsabilidade do cuidado mútuo.

Os educadores desempenham um papel fundamental no processo de inclusão, sendo responsáveis por criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e adaptado às necessidades individuais de cada aluno (GONÇALVES; et al, 2024).

A formação de professores para lidar com a diversidade em sala de aula, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos com autismo, é um aspecto crucial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo são apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa, divididos nos subtópicos a seguir conforme os diferentes relatos de experiência.

5.1 Atuação com alunos

Durante o período de observação do ambiente escolar, diversas situações foram registradas, destacando a complexidade das dinâmicas sociais. Nesta etapa, foram observadas algumas situações que exigem melhorias, especialmente em temas ligados à inclusão. Um aluno da turma do primeiro ano do ensino fundamental, que possui transtorno do espectro autista (TEA) com nível 2 de suporte, é bem aceito e apoiado pela turma. No entanto, algumas situações específicas ainda requerem atenção e podem ser melhoradas.

No caso da escola em questão, observou-se a ausência de uma sala de recursos multifuncionais ou de um espaço específico destinado ao acolhimento dos alunos neurodivergentes em momentos de desregulação emocional, bem como a inexistência de materiais pedagógicos adaptados que atendam às demandas específicas desse público. Essa carência compromete significativamente o processo de inclusão e evidencia a distância entre a legislação e a realidade vivida no cotidiano escolar.

Este aluno em questão apresenta atraso de fala, dificuldades de expressão e socialização, além de ecolalias e estereotípias. Para muitos alunos da turma, o primeiro semestre letivo do ano de 2024 foi o primeiro contato com pessoas com TEA.

Como esperado, foram observadas diversas dúvidas dos alunos com a presença deste aluno com TEA. Em alguns momentos foram observados alguns comportamentos inadequados, como por exemplo risadas ou repetição de movimentos exercidos pelo aluno em questão. Nestes casos, foi observado uma postura assertiva da docente, intervindo com firmeza de forma acolhedora e educativa.

Durante a regência da aula sobre diversidade e inclusão, observou-se inicialmente um conhecimento limitado dos alunos sobre os conceitos em questão. Para contextualização, realizou-se uma breve explicação etimológica, destacando que

“diversidade” remete à ideia de diferença, enquanto “inclusão” refere-se ao ato de incluir. Essa abordagem favoreceu a compreensão inicial por parte das crianças.

O curta-metragem apresentado (1) trata sobre a temática da inclusão de forma sensível e tocante. A personagem Maria, diferentemente de outras crianças, usa de formas criativas para que seu colega recém chegado Nicolás consiga participar das diversas. Com o auxílio de uma corda, os dois jogam futebol, leem livros, empinam pipas, e realizam diversas brincadeiras. Desta forma, o filme consegue abordar, em poucos minutos, assuntos como amizade, respeito às diferenças e inclusão escolar,

A cena final do curta, que sugere de forma simbólica a morte do personagem Nicolás, gerou forte comoção. Alguns alunos verbalizaram interpretações espontâneas, como o reconhecimento da morte e associações com vivências pessoais. Uma aluna afirmou: “Ele morreu e foi para um caixão”, o que provocou reações emocionais nos demais colegas. Outro aluno compartilhou a experiência da perda de um animal de estimação, relacionando sua tristeza à da personagem Maria, promovendo assim um momento de empatia e troca afetiva.

Diante da sensibilidade do tema e das emoções evocadas, optou-se por não censurar os sentimentos expressos, promovendo um espaço seguro para diálogo e elaboração simbólica. Foram fornecidas informações adequadas à faixa etária, esclarecendo que pessoas com deficiência, assim como as demais, podem ter uma vida longa e plena.

Concluído esse momento, retomou-se o foco da atividade com o intuito de explorar as formas de inclusão apresentadas no filme (2). Questionados sobre as estratégias utilizadas por Maria para incluir Nicolás nas brincadeiras, os alunos identificaram cenas como as de pular corda, jogar futebol e dançar valsa. A seguir, propôs-se uma atividade de imaginação coletiva, na qual os alunos foram convidados a pensar em formas de adaptar atividades cotidianas para diferentes tipos de deficiência. Um exemplo discutido foi como seria possível incluir uma criança com deficiência visual em um jogo de futebol. Uma das alunas sugeriu que alguém poderia acompanhá-la para guiá-la durante a partida. Os alunos demonstraram grande interesse e engajamento durante esse momento, mantendo-se atentos e participativos ao longo da discussão.

Em seguida, foi realizada (3) uma atividade artística, na qual os alunos produziram histórias em quadrinhos ilustrando diferentes formas de inclusão de

pessoas com deficiência, conforme apresentado na Figura 1. A produção permitiu consolidar os conteúdos trabalhados de maneira criativa e significativa.

Ao final da atividade, os alunos compartilharam suas produções com a turma, e, no momento de recreação no playground, foi possível observar a aplicação espontânea dos aprendizados. Um dos alunos que anteriormente não interagía com o colega com TEA conduziu-o de mãos dadas até o parque, demonstrando, por meio de sua ação, os efeitos positivos da sensibilização e das discussões realizadas em sala de aula.

Figura 2 - Foto das atividades artística produzidas como proposta da aula com tema: Diversidade e Inclusão



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

5.2 Atuação com professores

Uma das grandes queixas do corpo docente é que a formação de professores em educação inclusiva não é ofertada pelas secretarias de educação e a incidência de alunos com autismo tem crescido, exponencialmente, nas escolas. Nos cursos de licenciatura, essa formação se tornou presente depois de 2015, quando ocorreu a aprovação da Lei Brasileira da Inclusão. Entretanto, muitos professores se formaram muito antes desse marco das políticas públicas que garantiu o direito à escola regular às crianças, adolescente e adultos.

O fato acima foi observado durante a ministração do treinamento, onde foi possível notar uma grande participação dos professores e alunos e uma enorme gama de dúvidas e perguntas. As dúvidas trazidas eram diversas e as mais recorrentes foram sobre: casos de crises de desregulação emocional em sala de aula e qual uma sugestão de possível manejo, qual a origem do transtorno como fazer a adaptação do plano de ensino individualizado (PEA) e como construir processos avaliativos adaptados aos alunos que estão dentro do espectro autista em consonância com a recente lei paulistana 17.759 de 20 de setembro de 2023, que deliberou sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para os alunos com Transtornos do Espectro Autista.

O treinamento abarcou os conceitos introdutórios sobre o autismo, dicas de manejo na comunicação, a obrigatoriedade do atendente terapêutico e seu papel em sala de aula, a adaptação dos modelos de avaliação e, sobretudo, o acolhimento da pessoa com autismo visando sua autonomia e independência. No que tange ao desenvolvimento da autonomia e independência, é importante considerar a não infantilização do indivíduo, respeitando seu ritmo individual, valorizando cada avanço, por menor que seja, e trabalhando de forma articulada com a família e profissionais que atendam ao aluno autista garantindo assim seu amplo desenvolvimento psíquico, escolar e físico.

Cerca de 40 professores receberam a formação introdutório ao Transtorno do Espectro Autista. O treinamento foi concluído com vários retornos positivos, especialmente da equipe de professores, que reforçaram a necessidade da formação na temática e falta da formação específicas sobre o Transtorno do Espectro Autista com aplicabilidade no ambiente escolar. Ensinar e viver inclusão aos docentes, é também cuidar de quem ensina e que, também, cuida.

Em sede de reflexão, concluiu-se que falar sobre diversidade é falar sobre todos nós, pois é exatamente disso que somos feitos, das nossas diferenças.” Paulo Freire (2003) fala da necessidade de os educadores criarem as possibilidades para a produção ou construção do conhecimento pelos alunos, num processo em que o professor e o aluno não se reduzem à condição de objeto um do outro. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, 2003, p. 47).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo analisar as contribuições da atuação da psicologia para promoção de práticas inclusivas em ambiente escolar, principalmente na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de experiências vivenciadas em estágio supervisionados da licenciatura em Psicologia. Foi possível constatar que a presença da psicologia no contexto escolar, a partir de uma atuação ética e comprometida, contribui positivamente para a promoção de práticas inclusivas.

A partir da atuação com alunos, verificou-se que ainda há lacunas importantes na efetivação da inclusão, como por exemplo ausência de recursos pedagógicos adaptados e de espaços inclusivos para regulação emocional de alunos neurodivergentes. Entretanto, a intervenção realizada com a turma mostrou resultados positivos no que diz respeito à sensibilização e respeito às diferenças, bem como na promoção de práticas inclusivas realizadas pelos alunos.

O treinamento realizado com os professores sobre TEA e sobre o PEI proporcionou um espaço de aprendizados sobre o tema. As dúvidas levantadas corroboram a necessidade de formações continuadas da comunidade escolar, evidenciando uma defasagem na formação de docentes sobre o tema.

Destaca-se que as intervenções realizadas em apenas duas instituições, bem como o curto período de intervenção se mostram como limitadores da pesquisa, dificultando uma generalização dos resultados. Também é reconhecido que, por se tratar de intervenções pontuais, não é possível avaliar os resultados obtidos a longo prazo. Desta forma, sugere-se pesquisas futuras que ampliem esta investigação para diferentes contextos educacionais, bem como estudos que sejam realizados em um maior espaço de tempo, de modo a avaliar os efeitos obtidos ao longo do tempo.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 25 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 250, p. 2, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

DECHICHI, C. Transformando o ambiente da sala de aula em um contexto promotor do desenvolvimento do aluno deficiente mental. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

DSM 5-TR/ **American Psychiatric Association**. Tradução: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mall mann da Rosa; revisão técnica: José Alexandre de Souza, Flavia de Lima Osório, José Diogo Ribeiro de Souza, -5. ed., texto revisado. – Porto Alegre: Artmed, 2023

EDLER-CARVALHO, R. Avaliação e atendimento em educação especial. Temas em Educação Especial. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, v. 02, 1993, p. 65 74.

FERREIRA, J. R. A construção escolar da deficiência mental. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

GOLDBERG, Karla. Autismo: uma perspectiva histórico-evolutiva. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 6, p. 181-196, 2005.

IBGE, **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102178>, acesso em: 24 maio 2025.

JORGE, Lília Maíse de. Instrumentos de avaliação de autistas: revisão de literatura. 2003.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 15, p. 1-7, 2004.

RUTTER, M. Autismo infantil. Em C. Gauderer (Org.), **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Revinter, 1997

- SOLÍS, Pedro García. **Cordas**. 2013. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n4LreCcEbG4>. Acesso em: [16 de abril de 2024].
- SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 13, p. 179-182, 2009.
- WING, L. **The history of ideas on autism: legends, myths and reality**. **Autism**, 1 (1), 13-23, 1997

8 ANEXOS

Anexo 1: Plano de Aula - Diversidade e Inclusão

Tema: Diversidade e Inclusão						
Disciplina: Psicologia				Turma: 1º ano <u>Ensino Fundamental</u>		
Escola: INSTITUTO EDUCACIONAL VALE DO PARAIBA LTDA						
Estagiário: Flávia Cristina de Faria						
Objetivo geral: Desenvolver estratégias que possam combater atos discriminatórios e de intolerância às diferenças.						
Conteúdo: Conceitos: Diversidade e Inclusão. Diferenciação entre integração e inclusão. Formas de se praticar a inclusão da diversidade no ambiente escolar.						
Procedimentos: Será realizada a exposição de um curta metragem sobre o tema, e em seguida será feito um debate sobre o assunto. Por fim, será realizada uma produção manual artística como forma de assimilação dos conteúdos apresentados e debatidos.						
Recursos: Projetor, folha sulfite e giz de diversas cores.						
Avaliação: A avaliação será feita através da participação, interesse dos alunos e atividades realizadas						
Justificativa: O tema proposto compõe uma das habilidades da Base Nacional Comum Curricular (EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.						
Etapas	Objetivo	Conteúdo	Procedimento	Recurso	Avaliação	Tempo
Sensibilização para o tema	Iniciar e contextualizar a proposta. Obter informações dos alunos sobre o que eles sabem sobre o tema	Exposição geral sobre os significados de diversidade e inclusão.	Será realizada uma exposição sobre o tema, em seguida será perguntado para os alunos o que eles sabem sobre este assunto.	Nenhum	Observação do engajamento e resposta às perguntas feitas aos alunos.	15'
Apresentação do Curta "Cordas"	Ilustrar através de um curta metragem situações e exemplos de como se fazer inclusão.	O curta trata da história de um aluno cadeirante recém chegado em um orfanato, e uma colega	Será apresentado aos alunos o curta metragem em sala de aula.	Projetor	Observação da concentração dos alunos ao assistirem o curta metragem.	20'

		que consegue contribuir para sua inclusão.				
Debate sobre o curta metragem apresentado.	Obter informações sobre o que os alunos captaram do vídeo apresentado. Expor sobre as diferentes formas que os alunos podem contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar.	Debate sobre formas de inclusão, adaptações de atividades no ambiente escolar. Diferenciação entre integração e inclusão.	Será solicitado que os alunos se sentem ao chão, formando uma roda. Então será feito perguntas como "O que vocês acharam do curta?", "Quais as formas que a personagem encontrou de incluir o garoto cadeirante nas atividades?" "Como podemos fazer parecido no nosso ambiente escolar?"	Nenhum	Observação da atenção dos alunos; participação dos alunos no debate sobre o tema.	15'
Atividade manual sobre o assunto tratado.	Coletar produções dos alunos sobre diferentes formas que eles podem contribuir com a inclusão no contexto escolar. Estimular a criatividade, através de produções artísticas, em encontrar formas de contribuir com a inclusão.	Desenho e pintura com giz de cera como formas	Será entregue uma folha sulfite para cada um, e então será solicitado que desenhem alguma forma que eles possam praticar a inclusão no ambiente escolar.	Papel sulfite Giz coloridos	Produção manual em papel. Engajamento na atividade proposta.	25'
Exposição Coletiva	Compartilhar as ideias e as produções artísticas de cada aluno.	Exposição das produções manuais de cada aluno.	Será solicitado que cada aluno apresente suas produções, compartilhando com os colegas as formas que eles pensaram em contribuir com a inclusão escolar	Nenhum	Engajamento e participação dos alunos.	25'